vozes do sul

revista publicada pelo Programa Mercosul Social e Solidário

Nesta edição

PARTICIPACIÓN CIUDADANA Y POLÍTICAS PÚBLICAS

La cuarta edición de Voces del Sur aborda las experiencias de la participación ciudadana y su incidencia en las políticas públicas en la región. Esta revista se publica desde el Programa Mercosur Social y Solidario (PMSS) con la intención de favorecer la circulación y el intercambio de ideas, experiencias y propuestas de organizaciones sociales de países del Cono Sur, para construir desde la perspectiva social y ciudadana otras visiones de la integración necesaria de nuestros pueblos, así como aportar debates con otras miradas, hacia otra integración posible que contraste con la integración impuesta. Porque no habrá integración exitosa si no se hace desde la gente, con la gente y para la gente.

El Programa Mercosur Social y Solidario es una plataforma de acción integrada por 18 organizaciones no gubernamentales y más de 300 organizaciones sociales de Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay que, con el apoyo y la financiación del Comité Católico contra el Hambre y a favor del Desarrollo (CCFD) y la Unión Europea, buscan incorporar la dimensión social en el proceso de integración regional.

Programa Mercosul Social e Solidário

Unión Europea

TERRE SOLIDAIRE CCFD

EDITORIAL

POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO MERCOSUL

Mais comuns e mais do sul

As possibilidades e desafios para a democracia

Quando o MERCOSUL nasceu nos anos 90, assistíamos em nossos países a um dos momentos de melhor saúde do projeto neoliberal em América Latina. Não é casual que as oportunidades concretas para a integração chegaram até nós pelo lado do mercado. Hoje, há mais de 15 anos da criação do Mercado Comum Sul, podemos ver em perspectiva e, mesmo que o neoliberalismo esteja longe de desaparecer, reconhecemos novas oportunidades e possibilidades em cenários que estão mudando.

Em diversos lugares da América Latina, os movimentos sociais e populares, junto a outros atores vinculados com diferentes laços e representações aos sectores populares, têm se unido – e em boa medida têm se encontrado, reconhecido – em um território que os convida e os empurra a se perguntar uma vez mais pelas políticas públicas. No mesmo movimento, estas são colocadas cara a cara com os próprios limites e contradições. E frente às possibilidades de questionar profundamente velhos mapas.

Uma das mais fortes e perniciosas vitórias do neoliberalismo na região foi ideológica e prática. Organizações sociais e comunitárias, diversos atores da sociedade, e grande parte das diligências e dos governos deram forma a sociedades e estados que em grande medida naturalizaram a idéia de que tudo aquilo que fosse problemático nas situações e vivência de cada um – e na experiência cotidiana de uma população - devia ser resolvido por vias que não eram as políticas públicas e a ação política: no lugar delas, o esforço, o desempenho competente, o livre mercado e – no caso de que isso falhasse– a "ação solidária", a caridade, a força de vontade e o esforço pessoal. Eficientes todos eles, resolveriam – a baixo custo por falar nisso - os problemas.

Nesse marco, a negação da política, o encolhimento do estado, o desmantelamento das políticas públicas universais, foram caminhando de mãos dadas com o crescimento, a complexão e aprofundamento – e também com a naturalização – da profunda desigualdade de nossas sociedades, paradoxalmente, também com o crescimento e a valorização das organizações sociais e as ONGs.

Campos de luta e possibilidades

Na atual conjuntura da América Latina e da região do cone sul - pelas situações dos estados, as dinâmicas econômicas e o momento político geral– as políticas públicas podem ser um passo para o desenvolvimento de "quadras" de jogo mais amplas, que articulem demandas e façam possível intervir nos conflitos centrais.

Para isto, partimos de reconhecer que as políticas públicas como:

1. O Estado em funcionamento: São o despegue, o posicionamento, a ação, e a colocação em relação do estado com a sociedade e os diferentes grupos sociais.

2. Dinâmicas que atravessam a vida cotidiana: As possibilidades de uma sociedade, suas expectativas de vida, suas maneiras de imaginar e aceder a diferentes níveis de qualidade de vida ou de felicidade estão atravessadas e fortemente constituídas pela presença ou a ausência, com as características das diferentes políticas públicas de um país.

3. Definições de conflitos e projetos: Atravessando toda política pública existe uma leitura da realidade, uma definição dos conflitos centrais de uma sociedade, uma proposta e um projeto mais ou menos definidos para abordar esses conflitos e uma relação de força entre atores que disputam o sentido - a direção, o impacto, o significado– dessas políticas.

4. Relações de forças, o diálogo e a confrontação de diversos atores: Constituem um conjunto de mecanismos, de instâncias concretas, de objetivos e também de leituras da realidade mantidos pelo exercício do poder simultâneo de diversos atores e grupos dentro e fora do estado.

5. São campos de luta: As políticas públicas de um país podem aparecer como uma série de planos, programas e projetos. Mas estes são apenas manifestações de dinâmicas, processos e campos de luta onde são constituídos atores e interesses.

6. Possibilidades para a distribuição e a democratização: nas políticas públicas a democratização e a distribuição se sintetizam, encontram-se e se "misturam". A democratização: a possibilidade de que forças e interesses populares possam incidir e atuar dando forma e pesando na definição das políticas. A distribuição: a participação de diferentes sectores sociais terá que ver necessariamente com os recursos de diferentes tipos que as políticas públicas distribuem - ou concentram–.

7. Processos que determinam das relações entre o estado e a sociedade: As políticas públicas são um lugar de encontro e de disputa onde o estado toma posição e coloca-se em relação com sociedade. Nas políticas públicas, é definido em grande medida o tipo de relação estado - sociedade (e o tipo de estado e o tipo de sociedade) de um país. Por isso, em torno às políticas públicas é definido o tipo, o impacto, o sentido, os protagonistas e o conteúdo político da participação.

Universais, democráticas, eficazes

A etapa que vive a América Latina supõe uma reconsideração profunda do papel e inclusive da identidade das organizações sociais que existem. As mesmas são produtos de lutas sociais de muitos anos, e elas mesmas, interna e externamente, estão atravessadas por disputas respeito ao que podem ser e fazer. Devem – e podem - passar da reivindicação e da resistência à capacidade de proposta. E evitar, também, serem colocadas no lugar de uma "sociedade civil" (idealizada e privatizada em nome do chamado "terceiro setor") e funcionais a um estado ao serviço dos interesses concentrados e a uma democracia que reproduz a desigualdade.

Tudo isto supõe re-politizar às organizações sociais e dirigir-se ao público não só em nome da solidariedade e da contenção, ou da resistência e da reivindicação parcial. Mas sim articulando intervenções e projetos que se plasmem em trajetos e idéias concretas, que garantam a dignidade e a justiça em toda a sociedade. Ampliando a cidadania, garantindo a qualidade de vida e distribuindo com igualdade o que é produzido na região.

E não apenas isso: também, as possibilidades de decidir, de concretizar, de efetivar e de lutas pelas possibilidades a apropriação, usufruto e significação do que é produzido em nossos países. Mais ainda, e principalmente, o que aqui sonhamos, apostamos e disputamos. No público e no político, para que o "mercado comum do sul" seja cada vez mais comum. E mais do sul.

staff

Coordenação: Susana Aldana, Cynthia Zapattini, Sebastián Prevotel
Edição: LT de Comunicación - PMSS.
Colaboração: Sebastián Prevotel, Néstor Borri, Olimpia Figueiredo, Juan Enrique Ortega, Pedro Silva, Oscar Oszlak, Sonia Tessa, Maria do Carmo Albuquerque.
Fotografias: Archivo del PMSS (Diego Barranco), Sub - Cooperativa de Fotógrafos (Argentina).
Tradução: Graciela Murano, Cynthia Zapattini.
Correção: Corina Leguizamón.
Desenho gráfico: Sylvia Britez Garrido.
Contato: ltcmpy@mercosursocialsolidario.org.
www.mercosursocialsolidario.org

Setembro / 2007

* "A presente publicaçaõ foi elaborada com a assistência da União Européia. O conteúdo da mesma é responsabilidade exclusiva do PMSS e em nenhum caso deve considerar-se que reflete os pontos de vista da União Européia"

La sociedad civil del Mercosur en las políticas sociales

Por Maria do Carmo Albuquerque
Membro da LT do Investigação do Brasil.

Hoje em dia fala-se muito em participação cidadã, como uma novidade. A sociedade organizada sempre teve porém um papel importante na construção da cidadania e na conquista de políticas públicas de direitos em nossos países.

O PMSS, programa em participamos nestes 4 anos, contribuiu especialmente para fortalecer os processos de participação da sociedade em políticas de direitos e para tornar mais visível esta participação. As diversas organizações que integram o PMSS empenharam-se em pesquisar e em publicar livros que mostraram como acontece "La construcción democrática desde abajo en el cono sur" e a participação nas políticas públicas, no livro "Democracia y ciudadanía en el Mercosur". Estes livros também se transformaram em cadernos, usados nos processos de construção de cidadania apoiados pelo programa.

Nosso programa investiu em algo incomum: pequenas organizações sociais passaram a pensar em incidir em políticas públicas e na integração regional. Passamos a olhar as nossas lutas de forma diferente.

Por um lado, percebemos que sempre houve uma importante participação desde abajo na construção da democracia. Os movimentos de trabalhadores conquistaram direitos sociais importantes no Uruguai, Argentina e Chile, países em que os indicadores de qualidade de vida foram os melhores da América Latina, antes das crises deste início de século. Mesmo no Brasil e no Paraguai, países onde a cidadania não alcançou a maioria do povo, os movimentos sociais foram muito presentes nas lutas por direitos. Destacam-se também os movimentos camponeses, indígenas, de pobladores, de mulheres, negros, estudantes e crianças.

Durante as ditaduras militares enfraqueceram-se os sindicatos e os partidos de esquerda e surgiram novas organizações, destacando-se os movimentos sociais e as ONGs que lutam por direitos humanos, sociais e políticos. Surgiu uma nova noção de cidadania como estratégia de luta pela justiça social[1].

Conquistas y derrotas

Na Argentina houve uma forte tradição sindical, marcada porém pelo corporativismo e pela subordinação a partidos políticos. Surge uma nova sociedade civil que afirma a importância da autonomia, destacando-se a Central de Trabajadores de la Argentina (CTA), que se empenha, com dificuldades, em construir uma organização plural, autônoma e não corporativa, vinculando-se a movimentos de desempregados, como os piqueteros, movimentos pela moradia, como o Movimiento de Ocupantes y Inquilinos (MOI) e pelos direitos da infância, como o movimiento Chicos del Pueblo. Algumas mudanças na reforma constitucional de 94 e na Constituição da cidade de Buenos Aires permitem o surgimento de orçamentos participativos, conselhos de infância e outros espaços participativos.

As agendas neoliberais nos anos 90 provocam porém o surgimento de inúmeras organizações sociais que participam de programas ou planos governamentais de emergência, como os planos alimentares, o Plan Jefes y Jefas de Hogar, o Plan Federal de Emergência Habitacional. Estes programas sociais são executados através de convênios com organizações de jubilados, de manzaneras, as ollas populares, os comedores infantis, as cooperativas habitacionais. Surge uma concepção de participação cidadã limitada à execução de tarefas e que não possibilita a participação na definição e no controle social sobre as políticas públicas.

O Chile também teve uma forte tradição de luta dos trabalhadores, do movimento indígena e dos pobladores, que se destacou no governo de Salvador Allende. Nas lutas contra a ditadura fortaleceu-se o movimento popular urbano, bastante ligado aos movimentos de esquerda. Surgiram também ONGs que fortaleceram os movimentos na perspectiva dos direitos. Na transição para a democracia, porém, manteve-se a Constituição da ditadura, prevaleceram os partidos políticos tradicionais e a sociedade civil se enfraqueceu. Os novos governos, embora capazes de melhorar as condições de vida da população, mostraram-se pouco abertos ao diálogo com as organizações de luta por direitos. A terceirização das políticas sociais favoreceu o surgimento de inúmeras organizações que participam apenas de forma instrumental de programas fragmentados e desarticulados.

[1] Evelina Dagnino. 1994. *Os Movimentos Sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania.* In Dagnino, Evelina (org.) **Os anos 90. Política e sociedade no Brasil.** São Paulo: **Brasiliense**.

O Uruguai é o país que construiu a sociedade mais igualitária entre os cinco, com uma importante tradição de participação e diálogo que envolveu câmaras empresariais, trabalhadores e cooperativas. Após a ditadura houve fortes lutas contra as privatizações, através de plebiscitos. Sua central sindical, o PIT-CNT é bastante vinculada às lutas por direitos sociais. As cooperativas habitacionais e a universidade nacional também são atores importantes no debate das políticas públicas. Uma articulação de partidos de esquerda, o Frente Amplio, vem participando desde os anos 70 destas lutas e da construção de novas políticas participativas em Montevidéu e, mais recentemente, no governo nacional.

O Brasil também tem importante tradição sindical, menos vigorosa do que as anteriores. Os partidos de esquerda foram pouco enraizados. A construção de instituições públicas e de direitos de cidadania foi precária. O percentual de trabalhadores formais e o poder dos sindicatos foram menores. Por outro lado, destaca-se o vigor da sociedade civil na transição democrática, possibilitando a construção de importantes projetos democráticos de reforma antes da chegada do neoliberalismo. Entre os cinco países, é o único que tem conquistas importantes na construção de sistemas descentralizados e de espaços deliberativos como os Conselhos e conferências das políticas de saúde, assistência social e de direitos da infância. Também existem muitos Orçamentos Participativos e estão sendo criados novos sistemas de política urbana e de segurança alimentar. No entanto, não há canais de participação na política econômica e persistem as tradições clientelistas, inclusive nos governos de esquerda e dentro dos espaços participativos. Apesar da construção do importante Partido dos Trabalhadores, que fortaleceu os movimentos sociais, e que hoje está no governo federal, as relações entre partido e movimentos são cada vez mais complicadas, é muito grande a força dos interesses econômicos e da direita no país e nas disputas dentro dos novos espaços participativos. A sociedade civil que luta por políticas de direitos tem muitas dificuldades técnicas e políticas em ocupar estes espaços.

O Paraguai é um país com forte tradição de lutas camponesas que, no entanto, sofreu agressões muito violentas dos países vizinhos e de regimes ditatoriais e corruptos. Mesmo após a derrota da última ditadura, a democracia e as instituições públicas são muito frágeis e ainda impera o autoritarismo e a corrupção. Apesar disso a sociedade civil que emerge das lutas contra a ditadura é vigorosa, destacando-se o movimento e a Cordinadora de los Derechos Humanos del Paraguay (Codehupy), que vem articulando importantes avaliações sobre a situação dos direitos no país.

Este quadro de conquistas e derrotas apresenta no entanto algumas novidades importantes. A nova cidadania, que emerge como estratégia de luta por direitos nas transições democráticas, após sofrer, desde os anos 90, o impacto das concepções neoliberais de participação e de políticas sociais, continua presente nas lutas por novas políticas e nos debates sobre o papel social do Estado.

Políticas Públicas para todos y todas

A luta por uma nova concepção de direitos da infância, fortalecida pela Convención Internacional por los Derechos del Nino (CDN), desde 1989, mostra-se muito importante em todos os países, possibilitando a articulação de pequenas organizações, muitas vezes marcadas por suas demandas imediatistas, como os comedores infantis e guarderías, com ONGs e profissionais que lutam por direitos e por políticas públicas.

Em todos os países formaram-se redes e coletivos de infância que elaboram os relatórios internacionais e que lutam pela aprovação de novas leis dos direitos da infância. Exemplos muito importantes são a Cordinadora por los Derechos de la Infância y Adolescência (CDIA), no Paraguai, a Associação Nacional de Centros de Defesa dos Direitos da Infância (ANCED) no Brasil e os Fóruns de Direitos da Criança e Adolescente, com participação da CTA, em diversas províncias argentinas. É importante destacar pequenas mais importantes conquistas, como o combate aos niños soldados e às adoções irregulares no Paraguai, assim como a construção das Consejerías de los Derechos de Niñas y Niños, que são as primeiras organizações públicas e participativas que defendem os direitos das crianças nos municípios, semelhantes aos conselhos tutelares no Brasil. Na Argentina o Centro Nueva Tierra, o Foro Argentino de Rádios Comunitárias e o UNICEF, realizaram uma campanha nacional por políticas públicas para a Infância. A campanha atingiu 17 províncias no país e teve como resultado o envolvimento de organizações sociais em debates com o poder público sobre as legislações provinciais e sobre os programas para a infância nos municípios. Também surgiram muitos conselhos de direitos da infância nas províncias e municípios. No Chile e no Uruguai também surgiram coletivos ou espacios Infancia, que articulam a ação das organizações e debatem as políticas públicas. Em todos os países existem articulações contra o trabalho infantil indigno. No Uruguai se destacam a constituição do CETI – Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil e do Grupo Asesor ao governo nacional para a política de infância.

A luta por políticas habitacionais também está presente nos diversos países. Apesar da forte segregação urbana, que produz a percepção muito aguda da acumulação de desvantagens nos bairros marginalizados, nos países onde houve bairros mais eqüitativos como o Chile, Argentina e Uruguai, algumas lutas se fortalecem. No Brasil, após 14 anos de luta, foram regulamentadas as conquistas

do movimento pela Reforma Urbana na Constituição de 1988. Foi aprovado o Estatuto da Cidade, e o primeiro Fundo Nacional de Moradia Popular, projeto de lei de iniciativa popular. Os sistemas de política urbana, com suas conferências que definem diretrizes e os conselhos nacional, estaduais e municipais começam a ser construídos, permeados de disputas entre o direito à cidade e fortes interesses econômicos. No Uruguai é grande a presença do movimento cooperativo de vivienda no debate da política nacional. Constituiu-se um Consejo Asesor do governo nacional, integrado por importantes atores sociais como o PIT-CNT, as federações de cooperativas e a Universidade, para a formulação e controle social do Plano Qüinqüenal em vigor. Na Argentina, além do importante movimento cooperativo, com destaque para o MOI, surge um Movimento pela Reforma Urbana. No Chile se inicia uma participação maior nos programas de melhoramento de bairros. O Paraguai, país com o mais recente processo de urbanização, a pobreza urbana se concentra especialmente na região metropolitana de Assunção. Os movimentos

articulam-se com o poder público para a conquista de novas legislações para as cooperativas e a titulação da terra nas ocupações urbanas. Articulações internacionais como a Carta Mundial pelo Direito à Cidade, a Coalizão Internacional pelo Habitat (HIC) e a Secretaria Latinoamericana de Vivienda Popular (SELVIP) contribuem para fortalecer as lutas pela Reforma Urbana e pelo direito à cidade.

Apesar das muitas dificuldades, pode-se notar, como assinala o relatório final da Campanha por Políticas Públicas para a Infância, na Argentina, que se inicia na sociedade civil a possibilidade de superar a postura de rechaço ao Estado, que foi acentuada pelas ditaduras e pelos governos neoliberais, e cresce a percepção de que é necessário que a sociedade civil participe das disputas por políticas de direitos, por novas concepções de políticas sociais e, como diz um companheiro uruguaio, por um novo desenho de "um Estado social moderno", que possa cumprir as funções de proteger, distribuir e oferecer equidade social[2] .

É muito importante conhecer estas experiências que são nossas, visitar os seus sites. Desejamos ainda que a próxima fase do PMSS possa fortalecer os intercâmbios entre estas experiências e movimentos. ■

[2] Nelson Villarreal, 2004: 2004b. **La Larga Marcha Hacia la Igualdad Social. Aportes comparados en Estrategias de Políticas Sociales. Argentina - Brasil – Chile. Disyuntivas en Uruguay ante un Nuevo Gobierno.** Montevideo: FES. Octubre.

A participação da cidadania no processo de integração regional requer sua concretização em questões ligadas à vida cotidiana dos cidadãos.

Participação Popular no Cone Sul

Por Olimpia Figuereido
Membro da LT de Comunicação do Brasil.

Pedro Pontual*, doutor em educação, afirma que é importante trabalhar a dimensão educativa e cultural para alcançar uma articulação de espaços políticos e sociais pela cidadania no processo de integração regional.

Mercosul: tema distante dos cidadãos e cidadãs do Cone Sul.

É preciso reconhecer que o Mercosul é ainda hoje um tema distante do cotidiano da maioria dos cidadãos/as que moram atualmente no Cone Sul. O passado colonial e a formação profundamente elitista e autoritária das sociedades do Cone Sul criaram uma visão subordinada e fragmentada das sociedades desta região que dificulta até hoje a formação de uma consciência cidadã e uma identidade regional. Mais além das medidas socioeconômicas e políticas que vêm sendo delineadas, é importante trabalhar a dimensão educativa e cultural desta integração para a modificação de valores, comportamentos e atitudes orientadas para a constituição de uma subjetividade favorável a tal integração.

Participação da cidadania dentro do processo de integração regional.

A participação da cidadania no processo de integração regional requer sua concretização em questões ligadas à vida cotidiana dos cidadãos. A questão da língua e do direito à informação parecem ser pré-requisitos para esta possibilidade. Assim como o Brasil introduziu o espanhol como matéria obrigatória no currículo escolar, por que não introduzir o português como língua obrigatória nas escolas de nossos vizinhos. Também em outras disciplinas como história, geografia e economia; a abordagem de temas regionais também contribuiria nesta direção. A possibilidade de meios de comunicação de massa como rádio e TV regional poderia se transformar em um poderoso instrumento de educação para uma cidadania regional. Da mesma forma, projetos na área da cidadania cultural que possibilite uma aproximação no terreno da música, da literatura, do teatro, da poesia, da dança e de tantas outras expressões da cultura de nossos povos são extremamente importantes na formação de uma subjetividade favorável ao processo de integração regional. O intercâmbio de experiências entre organizações produtivas na área da economia solidária e outras formas de geração de trabalho e renda poderiam estabelecer vínculos entre os cidadãos (qualquer seja a estratégia de sobrevivência) que é uma das mais importantes dimensões de suas vidas cotidianas.

Sectores organizados da sociedade civil na definição de políticas públicas para a região do Cone Sul.

No campo da definição das políticas públicas é preciso lutar para que todas as instâncias institucionais criadas no âmbito do Mercosul contem com uma efetiva participação da sociedade civil organizada. Por exemplo, o recém criado Parlamento do Mercosul precisaria criar mecanismos claros de interlocução e de controle social da sociedade civil sobre sua atuação. Para que isto se torne realidade, é importante construir espaços autônomos de articulação dos diversos sectores da sociedade civil a través de foros e redes que articulassem amplamente as organizações sociais dos países do Cone Sul que lutam por um Mercosul abocado à construção de uma integração regional fundada nos princípios da justiça, equidade, da inclusão social, da sustentabilidade ambiental e que tenha na solidariedade a energia principal para mover a relação entre as diversas identidades que constituem a população desta região. Os movimentos sociais em sua diversidade e as ONGs são dois atores fundamentais nesta articulação tanto a través de suas organizações de base como a través de seus dirigentes. A construção de um Foro Social do Mercosul no âmbito das iniciativas do Foro Social Mundial pode ser um importante momento de articulação nesta direção. ■

A possibilidade de meios de comunicação de massa como rádio e TV regional poderia se transformar em um poderoso instrumento de educação para uma cidadania regional.

*Presidente da Ação Educativa e do Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL) e é Coordenador do Instituto Polis.

EXPERIÊNCIA E POSICIONAMENTOS DAS ESCOLAS DE CIDADANIA NA ARGENTINA

Construção de cidadania: tarefa pedagógica e desafio político

● Por Sebastián Prevotel
Membro da LT de Comunicação do Argentina.

"Não podemos negar que estamos vivendo uma transição histórica na Argentina; estamos numa encruzilhada de caminhos" reflexiona em voz alta Nelly Borquez, dirigente da Rede de Mulheres de Matanza, organização pioneira no trabalho sobre violência contra a mulher e políticas públicas no oeste do conurbano província de Buenos Aires. Parte da equipe promotora da Escola de Cidadania Martha Pelloni da Matanza, Nelly entende que "trabalhar em construção de cidadania é intervir em conflitos". Explica: "Há questões sociais que podem parecer apenas problemas da vida cotidiana, mas devem ser abordadas desde políticas amplas, integrais e eficazes porque implicam conflitos sociais de contexto e envolvem a outros atores que muitas vezes não contemplamos, especialmente ao Estado."

Ana Caligaris – da equipe da Escola de Cidadania Oscar Ortiz (Formosa, Argentina) – afirma que a formação política tem um lugar central nisto: "A capacidade pedagógica de formar dirigentes e construir atores coletivos para intervir nos conflitos sociais é algo que as Escolas de Cidadania procuram desenvolver desde seus começos. E é algo que questiona profundamente às organizações que matemos estes espaços".

Formação e depois

As Escolas de Cidadania são uma iniciativa do Centro Nova Terra que aglutina a organizações sociais e grupos populares de distintas partes de Argentina. Atualmente, encontram-se em funcionamento 18 "escolas" em diferentes localidades. Trata-se de núcleos de formação política ao serviço da sociedade e suas organizações, que procuram gerar condições para manter processos de construção de cidadania e incidência (que também supõe "implicação", remarcam seus participantes) em políticas públicas.

As intuições primeiras do projeto Escolas de Cidadania surgiram durante os tempos fortes do neoliberalismo na Argentina. Naquele momento, estava sendo afirmado um regime econômico de concentração de riquezas em mãos de uns poucos e uma estrutura social marcada pela desigualdade e altíssimos níveis de pobreza e desemprego. "Foi nesses anos que surgiram e se fortaleceram muitas das organizações sociais que hoje possuímos", conta Néstor Borri, membro da coordenação do projeto e secretário executivo do Centro Nova Terra. "Eram tempos do 'boom da solidariedade', caracterizado pelo auge de redes solidárias e iniciativas de voluntariado", continua.

Para Néstor, isto se refletia nos espaços de formação: "Os cursos de gestão, formulação de projetos, planificação estratégica se multiplicavam. Havia uma grande 'inflação' de oficinas, principalmente no âmbito das organizações sociais. E sempre uma demanda de mais formação."

"Também podíamos observar que na formação das organizações havia grandes temas ausentes. Por exemplo, as políticas públicas e a distribuição da riqueza", completa Fernando Larrabebere, companheiro de trabalho do Centro Nova Terra e membro da coordenação do projeto Escolas de Cidadania. "Além do fato de que os conteúdos eram pouco profundos e as formações estavam regidas pela eventualidade", agrega Néstor.

Foi constatada como a formação das organizações sociais era muito fragmentária e despolitizada. E que se havia conformado um circuito de "cursos e oficinas, consultores e assessores", no qual membros e dirigentes de organizações circulavam, mas não se formavam. "O projeto das Escolas de Cidadania surgiu numa tentativa de dar resposta a este diagnóstico inicial", assevera Néstor Borri.
O projeto leva já 5 anos de recorrido e tem conseguido recuperar uma palavra que tem um peso importante no imaginário dos sectores populares de Argentina e uma história muito rica no que se refere a experiências dos movimentos sociais e políticos na Argentina: "escola".

Esta refere ao que as Escolas de Cidadania procuram ser: espaços de formação sistemática (não eventual), com algum tipo de continuidade (não fragmentária) e que seja parte de um projeto coletivo (uma formação que servisse para a articulação e para tornar efetivo outro projeto de país).

Por outro lado, tem conseguido também instalar como eixo central a questão da "cidadania". "Vimos nesta temática a possibilidade de e a oportunidade para dar mais espaço a questão política nas reflexões das organizações sociais", aponta Fernando Larrambebere.

Para a intervenção em políticas públicas

Fazendo frente aos desafios da etapa atual na Argentina, e procurando as condições para estar à altura das circunstâncias, desde a rede nacional de Escolas de Cidadania foram desenvolvidas uma série de definições, eixos e critérios para a intervenção em políticas públicas desde as organizações sociais:

1. Posicionamento: As organizações sociais devem propor esquemas e maneiras de posicionamento, propostas e definições de lutas e conflitos em termos mais dinâmicos e criativos que aqueles que se definem a partir da distinção 'ser partidário ou oposição'. As organizações sociais podemos e devemos marcar outro tipo de tensões.

2. A relação com o Estado: Valorizamos a relação com o Estado em seus diferentes níveis e estamos dispostos a construir condições (que já reconhecemos) de suportar as contradições e ambigüidades que supõe a tentativa que muitas organizações estão fazendo – e que está sendo feita também desde o próprio Estado – de construir um tipo de relação da sociedade e Estado.

3. A reconstrução do Estado: Consideramos que o Estado está em fase de construção e valorizamos as apostas de companheiros de pessoas e organizações que exercem sua ação desde a estrutura estatal, desde distintas formas de exercício do poder e de decisão. Para as organizações sociais hoje, não se trata apenas de se relacionar de maneira diferente ou exigir ao Estado, como também se trata de aportar à reconstrução e democratização do estado democrático.

4. Construir cidadania hoje: Construir cidadania hoje é construir soberania popular, institucionalizar a participação e fazer crescer espaços e movimentos em um processo pedagógico e político que promova políticas públicas distributivas e democratizantes.

5. Mais que reclamar: Promover, propor e fortalecer políticas públicas e incidência desde estes processos é um eixo central para esta etapa. 'Promover políticas e incidir' é algo mais que demandar e exigir. Supõe sair do particular e levantar a mirada mais além da conjuntura.

6. Possibilidades e capacidades: Reconhecemos que há mais possibilidades abertas que capacidades nossas para atuar. Em muitos casos os limites e obstáculos não são 'culpa' ou responsabilidade "de outros" mas sim são obstáculos próprios e desafios nossos.

7. O nacional, o estadual e o municipal: Reconhecemos que os processos e possibilidades são dados de maneira distinta conforme as escalas e as estruturas estatais. É preciso aumentar as tendências positivas que ocorrem em diferentes níveis e usá-las para intervir em outros e transformar as práticas.

8. Detectar os novos riscos: As mudanças de cenário social e político constituem novas oportunidades, mas também novos riscos. Valorizamos as novas oportunidades, mas também advertimos o risco e as tentativas de naturalizar situações e coisas que são deixadas do lado de fora de cena e continuam iguais.

9. Novos atores e articulações: Reconhecemos também a outras instituições e grupos que podem confluir em processos de construção de cidadania, que não são aqueles com os que temos trabalhado nos últimos anos. Alguns não existiam e são novos, e outros estavam em espaços diferentes. Isto nos desafia a reconhecer outra vez aos atores e a pensar como nos aproximar e nos articular.

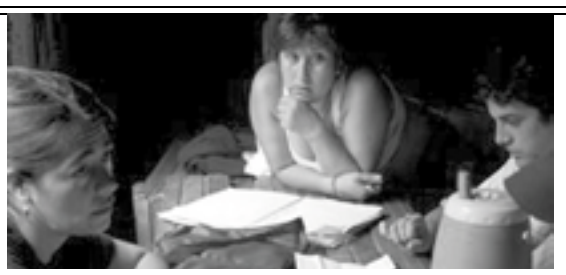
10. Distribuição e participação popular, eixos centrais: A sociedade, as organizações e o Estado, nesta etapa de Argentina, estão sendo re-politizados. Desde nossas organizações, construindo cidadania, e apostando a políticas públicas, afirmamos que a distribuição da riqueza e a participação popular são centrais para que este processo seja verdadeiramente democrático.■

Janelas de oportunidade

Na etapa atual das Escolas de Cidadania, a dinâmica cresce e são vários os atores de distintas partes do país que se aderem ao processo. Ao mesmo tempo, a meta é poder consolidar aquilo construído para desencadear processos efetivos de intervenção em políticas públicas.

As equipes e organizações que mantêm a rede nacional de Escolas de Cidadania, ao longo e por toda a Argentina, insistem que a crise do neoliberalismo nos anos 2001 e 2002 no país abriram uma janela de oportunidade para re-politizar a sociedade e avançar a favor dos interesses do campo popular democrático. "É a través dessa janela que estamos trabalhando para intervir", destaca Ana Caligaris. Néstor Borri agrega: "Nos desafia o fato de que, como qualquer janela de oportunidade, a mesma está se fechando".

O desafio para as Escolas de Cidadania e para as organizações que as mantêm – como para as organizações sociais argentinas em geral– passa por construir a força social suficiente para se tornar responsável pelas possibilidades abertas. Converter as conquistas alcançadas em impulso, analisar e assumir desde estas mesmas claves os limites e contrações (os próprios mais que os que vêm de fora) é, agora mesmo, uma tarefa prioritária.



En la siguiente nota, Oscar Oszlak, cientista político con una larga trayectoria de investigación de las relaciones entre Estado y sociedad en América Latina propone algunas reflexiones sobre el tema de la participación ciudadana, su vinculación con los procesos de formulación e implementación de políticas públicas y su rol en la institucionalización de la democracia.

Políticas públicas, Democracia e Ciudadania

● Por Oscar Oszlak
Cientista político com uma longa trajetória de investigação das relações entre Estado e sociedade em América Latina.

Algumas considerações para a análise

Toda sociedade deve decidir de que maneira enfrentar e resolver os problemas que propõe a sobrevivência de seus membros e a convivência relativamente pacífica do conjunto. Em tal sentido, poderia ser feita uma referência a uma "agenda social problemática", vista como o conjunto de necessidades e demandas das que se fazem cargo determinados atores sociais, adotando decisões e levando a cabo ações tendente a satisfazê-las. Em toda sociedade existe algum esquema de divisão do trabalho segundo a qual essa agenda social é atendida por três tipos de atores diferentes: 1) as organizações estatais, em seus diferentes níveis jurisdicionais; 2) os fornecedores do mercado, mediante os bens e serviços que oferecem a seus clientes; e 3) as organizações da sociedade civil, que também prestam um número muito variado de serviços. Disso surge que este último seja considerado "o Terceiro Setor". Entretanto, este plano "funcional" ou da divisão social do trabalho entre Estado e sociedade não esgota, como é possível observar, suas respectivas intervenções.

Visto como ator complexo e diferenciado, o Estado materializa sua presença mediante agências que assumem a responsabilidade de resolver uma parte da agenda social. Quais são os problemas que escolhe resolver ou deve atender inevitavelmente como conseqüência de demandas ou pressões sociais inevitáveis, depende de grande número de circunstâncias e variáveis. Mas na medida em que esses problemas são incorporados à agenda estatal se convertem automaticamente e no que com O´Donnell denominamos "questões socialmente problematizadas" (Oszlak e O´Donnell, 1976).

A agenda estatal, como um rio que flui constantemente e se transforma, experimenta uma continua metamorfose. A incorporação de cada novo tema gera uma tensão, que só desaparece quando a questão é "resolvida".[1] A composição desta agenda, em termos das questões que contem em uma determinada conjuntura histórica, é indicativa da natureza e cepticismo dos temas que exigem a intervenção do Estado, manifestando ao mesmo tempo o papel que este cumpre frente à sociedade. Mas são as tomadas de posição daqueles que atuam em nome do Estado ou assumem sua representação as que indicam com maior claridade quais

são as orientações político-ideológicas implícitas em suas ações. Estas tomas de posição constituem, nos fatos, as políticas públicas ou políticas estatais das agências responsáveis de resolver as questões agendadas. Os cursos de ação adotados por essas agências estatais, aos que comumente denominamos "políticas", têm sua origem em tomas de posição de fatores de decisão políticos que interpretam que certa seqüência de ações e processos permitirá resolver uma determinada questão e, de esse modo, eliminá-la da agenda. E que essa resolução será congruente com uma solução técnica que, em certos casos, responde a uma expressa orientação político-ideológica.

Com isto estou afirmando, implicitamente, que resolver uma questão agendada admite diferentes posições e cursos de ação; mas cada uma destas pode repercutir de maneira muito distinta sobre a sorte ou situação dos atores sociais envolvidos no tema ou questão.

Além disso, uma mesma questão pode ser afrontada a través do tempo mediante distintos cursos de ação (ou troca de políticas), seja -entre outras causas- porque a mesma pode ter se agravado ou porque surgiu uma nova opção de tratamento previamente não disponível. Por outra parte, é importante sinalizar que uma determinada toma de posição frente a uma questão agendada pode originar novas questões, em tanto a solução ou curso de ação adotado afete os interesses de certos atores ou dê lugar a mudanças mais ou menos significativas sobre sua posição de poder.

Quando uma agência estatal toma posição e decide um curso de ação respeito de uma questão agendada, geralmente afeta em primeiro lugar a um grupo social delimitado **(ex.**, determinados contribuintes, titulares de contas bancárias, camponeses mini-fundiários). Mas estes grupos (ou população-meta) não são -nem poderiam ser- um ator político. Quem eventualmente atuará como tal será, agora sim, uma organização (ou mais de uma) que assumirá a defesa ou promoção dos interesses do sector social afetado e o representará politicamente. Às vezes, inclusive, poderá se tratar de uma manifestação coletiva espontânea ou de um simples indivíduo. Mas importa efetuar esta distinção entre grupo ou sector social afetado e ator político mobilizado.

1 Resolução, neste caso, não implica "solução" em algún sentido sustantivo (puede haberse eliminado o carácter problemático, ou simplesmente, foi postergado seu tratamiento, ou também, foi exercida coerção sobre o ator ou sector social que pretende introducir a questão na agenda estatal).

Na maioria das vezes, as questões que têm grande impacto social e geram fortes antagonismos, costumam mobilizar a múltiplos atores. Até o momento em que isso ocorre, esses atores são "virtuais" ou, mais precisamente, encontram-se num tipo de hibernação enquanto a questão não se suscita. Com isto estou sugerindo que a questão faz ao ator, tanto no **Estado** como na sociedade civil. Ou bem o ator é criado, como ocorre quando o Estado decide implantar um novo curso de ação, ou bem é "ativado" na sociedade quando a questão é proposta.[2]

A interação Estado-sociedade

As interações que têm lugar entre Estado-sociedade podem ser analisadas em termos de uma tríplice relação, que toma em consideração os três tipos de vínculos a través dos quais, em última instância, se dirimem os conteúdos da agenda social vigente e as formas de resolução das questões que a integram. Estas relações apontam a decidir como se distribuem, entre ambas as instâncias, a gestão do público, os recursos de poder e o excedente social.

Estes três planos de interação entre Estado e sociedade, têm conexões recíprocas e se vinculam com as características do modelo de organização econômica e reprodução social subjacente: a) no plano funcional se limitam a fixar as regras de (e a designar as respectivas responsabilidades em) a divisão social do trabalho; b) no plano material, a dirimir os padrões de distribuição do excedente social; e c) no plano da dominação, a estabelecer a correlação de poder entre as diferentes forças e instituições sociais. A agenda do Estado fica modificada pelos processos que têm lugar em cada um destes planos, assim como pelos que vinculam aos mesmos entre si.

No caso das relações funcionais, ambas as esferas têm responsabilidades exclusivas, mas também compartem um âmbito de intervenção comum **(ex.** prestação de serviços educativos, de transporte, de investigação e desenvolvimento, de defesa de direitos humanos) que exige, por parte do Estado, não só a prestação dos serviços a seu cargo como também -conforme os casos- diversas formas de regulação e promoção da atividade não estatal. Neste plano se dirime a questão relativa "ao que o Estado nacional deve se ocupar".[3]

No plano fiscal e de redistribuição, cada esfera participa na distribuição do excedente social, ainda quando se supõe que a massa de recursos que o Estado nacional extrai da sociedade, devolve-a a mesma a través de gastos, transferências ou inversões que favorecem a determinados sectores, cumprindo um papel de redistribuição. Boa parte das interações Estado-sociedade neste plano têm por objeto definir "quanto custa a cada um", o qual costuma suscitar problemas de equidade.

Estas relaciones entre Estado y sociedad apuntan a decidir cómo se distribuyen, entre ambas instancias, la gestión de lo público, los recursos de poder y el excedente social.

Por último, nas relações de dominação, se intercambiam os recursos de poder que podem mobilizar o Estado e a sociedade na consecução de seus interesses e valores. É neste plano onde se dirime "quem decide do que há que se ocupar, quem ganha e quem perde".

Em um nível de análise mais geral, estes diferentes planos podem ser vistos como manifestações dos três pactos sobre os que se baseia uma organização social: o pacto da dominação que garante a governabilidade; o pacto funcional que, permanentemente redefinido, procura a melhor fórmula para o desenvolvimento das forças produtivas; e o pacto distributivo, sobre cujas bases se define a equidade relativa na distribuição dos frutos de esse desenvolvimento.

Também é relevante para a definição da política pública a dimensão externa ao espaço nacional, na que corresponde incluir às variáveis do contexto internacional que incidem sobre as relações dentro de, e entre, os três planos considerados, afetando em última instância os conteúdos da agenda de questões socialmente problematizadas. Estou me referindo, fundamentalmente, aos impactos da globalização, a internacionalização do Estado e a integração regional, assim como aos atores institucionais que operam nesse âmbito supranacional, desencadeando processos que incidem sobre a distribuição do poder, os recursos materiais e a gestão pública dos países.

À luz deste marco conceitual, efetuarei algumas considerações sobre a participação da sociedade civil nos processos de formulação e implantação de políticas públicas relacionadas com a agenda de questões sociais vigentes.

A participação cidadã e seus atores

Participação popular, comunitária, cidadã… muitos nomes para designar um processo segundo o qual determinados atores da sociedade civil se mobilizam, se "ativam", irrompem num cenário público e tentam influir sobre as regras e processos que enquadram suas condições de existência e reprodução. Em particular, sobre as políticas estatais e o modo de organização social as quais elas apontam. São múltiplas as circunstâncias, condições e modalidades que caracterizam a participação cidadã, mesmo quando os estudiosos - em minha opinião- ainda não conseguiram chegar a um consenso sobre as categorias analíticas que permitiriam formular uma teoria geral aceitável sobre o tema. A própria natureza polissêmica do termo que adjetiva essa participação (popular, comunitária, cidadã) é uma primeira indicação, sem entrar a considerar

2 Indagar sobre se os atores preexistem al surgimiento de um conflicto o sólo cobram vida cuando éste se origina, me apartaría bastante de la línea de razonamiento que vengo desarrollando.
3 Este plano funcional parece ser o que se corresponde com o término "tercer sector": se trataría do sector que, además do Estado y o mercado, participa em la produção de bienes, servicios o ações simbólicas que tiendem a satisfacer determinadas demandas y/o necesidades sociais.

Participación popular, comunitaria, ciudadana… muchos nombres para designar un proceso según el cual determinados actores de la sociedad civil se movilizan, se "activan", irrumpen en un escenario público e intentan influir sobre las reglas y procesos que enmarcan sus condiciones de existencia y reproducción.

as dificuldades que ainda enfrenta a definição do que devemos entender por "sociedade civil". Menos claro ainda é o alcanço que devemos dar ao termo "participação" ou, incluso, ao de "políticas públicas", suposto referente dessa participação.

Por outra parte, dá-se por garantido que a participação cidadã é "boa", no sentido que é dado as "boas causas" ou as "boas ações". E se lamenta quando os cidadãos/as não participam, quer dizer, quando não podem ou não conseguem agregar seus interesses em demanda de reivindicações que expressam valores, necessidades ou aspirações compartidas. Isto costuma ser considerado um déficit da democracia, pelo que a proposta de certas formas de democracia direta ou participativa passaram a formar parte inevitável do pensamento acadêmico e político em matéria de democratização.

Tradicionalmente, as ciências sociais têm identificado em qualquer sociedade, dois sectores claramente diferenciados: o Estado e a sociedade civil. Como já comentei, a distinção supõe, pelo menos, a existência de duas esferas nas quais o exercício do poder e a divisão do trabalho se manifestam de maneira diversa. O Estado é uma instância articuladora de relações sociais, que ao mesmo tempo em que exerce a dominação política requerida para a convivência civilizada, extrai recursos a seus habitantes para brindá-los bens e serviços cuja prestação é considerada própria de seu papel frente à sociedade.

A sociedade civil, por outro lado, continua sendo uma categoria analítica e uma referência empírica ambígua, no que se refere a identificar seu caráter "de ator". Grande número de definições incluem uma obrigada alusão ao Estado, para apontar o que a "sociedade civil" não é. Quase parece uma categoria residual, que às vezes até inclui ao mercado. Mas se, por outro lado, o "mercado" é visto como uma instituição, como um âmbito de atores movidos fundamentalmente pelo lucro e diferenciados em termos de seu papel, organização e formas de atuação, a sociedade civil passa a se converter no único outro ator "não estatal". Um ator heterogêneo que se manifesta como contraparte de multi-utilidades do Estado em inumeráveis âmbitos de ação individual ou coletiva. Mas que tipo de atores inclui?

A resposta exige diferenciar os âmbitos ou planos de atuação dos atores, tal como se observara mais arriba. Por exemplo, dentro deste conjunto poderiam ser considerados aos partidos políticos e as organizações corporativas que representam interesses setoriais. Mas mais que ao plano funcional, seu rol corresponderia ao plano da dominação, da construção do poder, da conformação das influências políticas e, em definitiva, do funcionamento da democracia.[4] De fato, a existência, organização e funcionamento dos partidos constituem, em principio, um teste eloqüente do caráter democrático do Estado e a sociedade, do mesmo modo em que sua debilidade é considerada como déficit da democracia. Seu efetivo funcionamento demonstra uma capacidade social de agregação e articulação da representação política ante o Estado, uma maneira genuína na qual a cidadania expressa sua vontade de participar na conformação da relação de forças que garante a governabilidade[5]

Mas ainda em democracia, os partidos podem desempenhar um rol diferente em sua consolidação ou enfraquecimento. A mesma ambigüidade e um similar funcionamento no plano da dominação política poderiam ser aplicados à representação corporativa empresária ou sindical, que a literatura costuma analisar em termos de sua vinculação com o Estado, particularmente no relativo à autonomia relativa deste último. Não tenho espaço para tratar este tema em profundidade. Basta apontar que nem os partidos nem as organizações corporativas são considerados, geralmente, como atores típicos da "sociedade civil" (às vezes eles são incluídos na categoria de "sociedade política"), ficando reservado este espaço à ONGs -organizações não governamentais- ou organizações da sociedade civil e, mais genericamente, às organizações e movimentos sociais.

Pero aún en democracia, los partidos políticos pueden jugar un rol diferente en su consolidación o debilitamiento.

Também neste caso é preciso efetuar distinções como, por exemplo, entre aquelas que estão constituídas formalmente (e legitimadas a través de pessoas jurídicas como fundações ou associações civis, com patrimônio próprio, participação de membros regulada, autoridades eleitas periodicamente, etc.) e aquelas que se expressam mediante formas diversas de mobilização ou constituição de redes sociais solidárias cujo rasgo dominante é sua informalidade, seu surgimento em situações de crise, sua reduzida sustentabilidade temporal, e seu objetivo comum de resolver diversas questões sociais específicas não atendidas pelo mercado, nem representadas devidamente pelas organizações corporativas, nem incorporadas à agenda do Estado ou das ONG.

4 También poderia ser considerado que estas instituições atuam no plano da equidade distributiva, em tanto os conteúdos discursivos de suas plataformas expressam posições político-ideológicas diferentes desde o pontos de vista da designação do excedente social.

5 Por eso o autoritarismo militar prescreveu aos partidos em quase todas as experiências históricas nas quais este tipo de regime se instalou na América Latina.

Em minha opinião, a distinção entre ONGs "formalizadas" e movimentos ou organizações sociais de base mereceria uma categorização analítica mais profunda. Em trabalhos anteriores, tenho incluído a estas últimas no que denominara "quarto sector": grupos de muito diversa inserção social, geralmente pertencentes a classes populares necessitadas ou a sectores meio empobrecidos, que devem enfrentar a resolução de problemas que afetam sua existência cotidiana e até a própria sobrervivência de seus membros, sem contar com os recursos materiais e organizacionais necessários para alcançar uma personalização jurídica ou uma existência relativamente permanente e institucionalizada.

Às vezes, inclusive, tal reconhecimento pode ser desnecessário ou inaplicável, como ocorre com certos movimentos espontâneos ou esforços coletivos ocasionais. Inclui a auto-construtores, integrantes de clubes de trocas, redes solidárias de creches e bandejões populares precários, bolsas de trabalho ou comitês de vizinhos de segurança.

A expressão "quarto sector" permitiria incorporar, em uma categoria diferente, a formas organizativas espontâneas e escassamente sustentáveis, mediante as que os sectores mais desprivilegiados da sociedade civil tentam resolver, solidariamente, aspectos críticos de sua sobrevivência cotidiana, ante a impossibilidade de acessar ao mercado ou ante o abandono do Estado de sua função de bem-estar.

Os planos da participação cidadã

Tanto as funções destas associações espontâneas como as do terceiro sector formal correspondem ao plano funcional, tendo em consideração a redefinição das fronteiras produzida entre os diferentes atores que integram o esquema de divisão social do trabalho. Entretanto, as ações do terceiro e "quarto" sector podem transcender este plano funcional, para incursionar nos outros dois. Neste caso e seguindo a própria lógica do meu argumento, já não corresponderia continuar falando de terceiro ou quarto sectores e sim, mais propriamente, de participação cidadã ou da sociedade civil. Pode se referir as mesmas organizações, que assumem os distintos papéis ou de organizações/movimentos diferentes. Assim, por exemplo, enquanto uma escola ou um asilo privados funcionam estritamente como fornecedores de serviços no plano funcional, um movimento de piquete poderia funcionar nos três planos, como braço popular de um partido político, como expressão reivindicativa de uma re-designação do ingresso em favor de sectores marginais e/ou como provedor de emprego ou capacitação trabalhista a seus integrantes.

Em geral, os movimentos espontâneos ou de base surgem em circunstâncias limite, nas que os atores envolvidos recebem ameaças de diverso tipo a sua existência cotidiana. É o caso dos grupos de defesa civil auto-convocados em situações de desastre, de piquetes que cortam estradas como forma de protesta e reivindicação ou de manifestantes que tentam impedir a instalação de depósitos de lixo atômicos, o desalojo de moradias ou a impunidade de certos crimes que comovem a vida de certas comunidades. Em outros casos se trata de grupos que reivindicam ou promovem a defesa de valores, como os direitos humanos, a livre opção sexual ou a reivindicação de direitos aborígenes. A atuação destas organizações propõe desafios importantes à institucionalização da democracia, abrindo a discussão sobre a legitimidade destas modalidades de democracia direta (movimentismo, basismo), que freqüentemente assumem formas de confrontação aberta com o Estado, com o capital privado, com organismos internacionais ou com outros atores sociais. Até que ponto resulta possível ou necessário canalizar estas expressões movimentistas a través do sistema de partidos políticos como modo de robustecer a democracia representativa é, da mesma forma, um dos dilemas que tem acompanhado e continua acompanhando o debate político da região. Da mesma forma foi proposta a questão da manipulação política destes movimentos, seja como força de choque, como mecanismo de legitimação do governo ou como garantia de contenção do descontento social.

La participación ciudadana se manifiesta en los procesos de formación de las políticas públicas, en la ejecución de las respectivas decisiones y en el control de la gestión pública.

Desafios para a democracia

Em geral, a literatura tem enfatizado a influência das ONG e movimentos de base do lado dos insumos do sistema político e muito pouco do lado dos produtos e efeitos sociais de sua participação, tema que uma vez mais nos remite a sua atuação como agentes da institucionalidade democrática. Poderia ser sugerido que, de fato, a participação cidadã se manifesta nos processos de formação das políticas públicas, na execução das respectivas decisões e no controle da gestão pública. Quer dizer, nos três tempos -futuro, presente e passado- em que se desenvolve toda atividade humana. Assim, suas organizações podem influir na criação dos cenários políticos futuros que deve decidir uma sociedade para alcançar um modo de organização social desejável; na co-produção cotidiana e de rotina de bens e serviços junto a, ou suplantando ao Estado; ou no seguimento permanente das políticas, o controle da gestão e a avaliação dos resultados conseguidos pelas instituições estatais.

Possivelmente os maiores avanços produzidos na participação cidadã durante os últimos anos, tem tido lugar nos planos da construção do futuro e da revisão do passado da gestão governamental. Mas mesmo se este fosse o caso, existe ainda um abismo entre a qualidade de essa gestão e o papel que pode cumprir a sociedade civil em seu melhoramento.

Tal vez o máximo desafio que enfrentam atualmente nossos Estados é alcançar que a gestão pública consiga articular esses três tempos ao qual fiz referência. O estilo latino-americano de formular e implantar políticas públicas se caracteriza pela predisposição e a urgência por atuar, com pouco conhecimento e em forma inconsulta. Assim, a gestão pública parece se limitar ao presente, ou mais precisamente, a um presente continuo. Quer dizer, nem o futuro nem o passado são privilegiados como tempos que devam se conjugar na gestão estatal. Incorporar esses tempos significaria ampliar significativamente o horizonte das políticas. Implicaria conhecer melhor para onde vão e avaliar se aonde se chegou realmente coincide com onde se queria chegar… ou quanto foi necessário se separar das metas. Como regra geral, não há então êxitos duradouros nas políticas públicas se não se está seguro de quais meios permitiriam alcançar certos resultados e de que estratégias fariam possível articular tais vinculações entre meios e fines. Também não se acostuma haver êxitos duradoiros se as estratégias não contêm uma comparação sistemática entre o que se está conseguindo e o que se pretendeu alcançar. A participação cidadã não pode, por se sola, cerrar esta brecha. Mas pode contribuir a que o Estado se veja forçado a reduzi-la, condição iniludível para construir maior governabilidade democrática. ■

Vania González,
estudante do ensino médio chilena:

"Aprendemos a participar nas decisões do país"

Por Juan Enrique Ortega
Membro da LT de Comunicação do Chile.

En el otoño del año 2006, miles de estudiantes secundarios chilenos revolucionaron el panorama de los movimientos sociales con exigencias directas de participación en las políticas públicas de educación, demostrando una formación discursiva y analítica pocas veces vista en Chile. Vania González é aluna do Colégio 1 de Niñas de Santiago, o mesmo colégio onde a atual presidenta Michelle Bachelet cursou seus estudos. Com 17 anos, Vania é uma mais de tantos estudantes chilenos que participaram ativamente da "Revolução Pingüina" do ano 2006, que mostrou o despertar de um descontentamento social no Chile, integrado por jovens que exigiram ao Estado a derrogação da Lei Nº 18.962, denominada Lei Orgânica Constitucional de Ensino (LOCE), promulgada em 10 de março de 1990, um dia antes que Augusto Pinochet entregara o poder depois de 17 anos de ditadura.

¿Cómo fue tu participación en el movimiento secundario del año pasado?
Bueno, fue muy movida...Yo estuve activamente participando, estuve en las tomas de mi colegio, y en varias asambleas y dentro de las actividades del movimiento secundario, en general, la masividad de todas las actividades, nos tenía a muchos compañeros y compañeras comprometidas con la acción y la reflexión sobre nuestra educación.

Como surgiu o movimento estudantil do ano passado?
O movimento vinha se arrastando desde o ano 2005, já que estava sendo gestada uma organização bastante forte entre alunos da média, armando uma plataforma crítica, especialmente pelas demandas que vinham sendo feitas desde as diversas organizações estudantis aos artigos da LOCE. Por isso quando chega o mês março de 2006, os colégios que formavam parte da ACES já estavam bem informados sobre o tema e havia uma atmosfera de mobilização. Começamos com as votações nos colégios, e a formar uma opinião coesa e coerente que fora coletiva, para que as mobilizações não fossem sem uma real informação de nossas reivindicações... Logo disso veio a explosão das massas, os estudantes na rua, e a ampliação do movimento, mas nós desde há um tempo já tínhamos claro o que estava acontecendo e o que nos mantinha em movimento.

Como foi o trabalho de coordenação dos colégios e estudantes?
A coordenação dos diferentes colégios foi através de uma grande assembléia, a ACES que dava cabida a dirigentes e centros de alunos das diferentes zonas de Santiago, o interessante era que trabalhamos muito em complemento com as bases, a pesar de que tínhamos representantes, sempre a informação tinha que chegar aos alunos e alunas, e éramos nós quem tomávamos as decisões e o rumo das mobilizações.

Um dos elementos claves foi o interesse dos alunos e alunas, que foi vital para que existisse a participação direta das assembléias, a motivação dos estudantes por pressionar para estar informados, de exigir aos dirigentes e a as autoridades dos colégios os espaços de discussão... Isto era devido principalmente a que a problemática à qual nos dirigíamos era e continua sendo tão legítima, uma educação justa, de qualidade, que era impossível que os próprios afetados, ou seja, nós, não sentíssemos que devíamos nos aderir...

Em que consistiam as reivindicações que o movimento demandou?
As reivindicações respondiam principalmente a três eixos. O primeiro está relacionado com a demanda por infra-estrutura e espaços dignos para os estudantes, isso surge logo de múltiplas denúncias de colégios onde choviam, de alunos que não almoçavam em suas salas de aula, etc. O segundo ponto tinha que ver com a mudança da estrutura legal que gerava desigualdade da educação, neste ponto se encontrava a mudança da LOCE e o fim do lucro com a educação dos chilenos, que para nós era o mais importante. Por último, o tema do orçamento que se destina a educação, onde entrava a demanda por aumento de bolsas, de benefícios de transporte público, o pago da PSU, passe escolar, etc.

¿Cómo se incubó en el movimiento esta crítica a la Ley que regulaba toda la enseñanza en Chile?
Esa crítica estaba a flor de piel de los estudiantes, ya que siempre hubo críticas a diversos artículos de la LOCE, y existía la conciencia de la necesidad de cambiar esa ley para lograr mejor calidad en la enseñanza.

Quais foram as estratégias que usou o movimento para impactar no poder do Estado?
Primeiro, o que fizemos foi nos informar como estudantes da chamada Lei LOCE, soltamos a voz sobre a lei completa pelas redes, divulgamos ela, discutimos e analisamo-la, logo o tema foi coordenar o petitório que em conjunto como movimento de estudantes do ensino médio, exigimos ao Estado. Assim foram se aderindo mais colégios, especialmente um fortalecimento do movimento desde regiões, e logo o objetivo foi "tirar do sério à burocracia.

Veio o das protestas, já que como movimento social a opinião massiva foi que devíamos protestar nas ruas para expressar nossas demandas. Logo,

"O importante é deixar a marca de que como movimento social podemos sair às ruas, tomar as atribuições como cidadãos porque estamos construindo nosso próprio futuro".

as protestas foram nos desgastando, houve muitos infiltrados que deslegitimavam a imagem do movimento, e nós arriscando nossa integridade ante a repressão policial. Por isso, o segundo passo foi as tomadas dos colégios, esta estratégia foi mantida até que a presidenta informou das medidas que se tomariam para resolver o tema da educação. Depois, muitos colégios continuamos em pé, já que a insuficiente resposta do governo ante o problema, não solucionava em nada a realidade, e logo sofremos a repressão e o desalojo dentro de nossos próprios estabelecimentos.

Logo disso, vários estabelecimentos começaram a se render, e isso restou sentido um pouco à mobilização, já que o que nos legitimava era a coletividade de nossas ações.

¿Cómo se determinó que la ley era el punto de tope para mejorar la calidad de la enseñanza, trascendiendo las demandas específicas que se repetían año a año?

Se venía trabajando en base a artículos de la ley que nos parecían malos, y así nos fuimos dando cuenta que no eran sólo algunos artículos, sino la ley completa, la que había sido creada para que los privados lucraran con la educación de los chilenos y no para mejorar la calidad de la educación en Chile. Finalmente nos dimos cuenta que debíamos apostar a un cambio macro, sino íbamos a estar luchando año tras año por pequeñas modificaciones. Y esa reflexión la dio el movimiento, gracias a la herencia de las organizaciones de secundarios de años anteriores, eso nos muestra que el movimiento secundario se renueva año a año, pero mantiene los aprendizajes hechos por otros.

El movimiento es renovable y reciclable, pero quedan los más chicos y ellos van asimilando la actitud de protestas por cosas que debemos defender, es una cuestión de justicia.

O que você achou da reação do Estado ao barulho do movimento de estudantes?

… Pessoalmente eu não esperava mais, quer dizer eu obviamente quero mais, mas objetivamente não esperava mais deste estado, o que eu acho importante é deixar um precedente, demonstrar que somos capazes de sair à rua para reclamar, tirar do sério ao estado. Porque alcançar que o governo tenha chamado à formação de um conselho assessor, já foi um resultado, por mais que se enrosque em burocracia e logo os resultados concretos não sejam uma solução, mas sim medidas de contenção. O importante é deixar a marca de que como movimento social podemos sair às ruas, tomar as atribuições como cidadãos porque estamos construindo nosso próprio futuro.

¿Qué pasó con el espíritu de la movilización cuando comenzó a funcionar el consejo asesor?

Creo que esa etapa merece una cierta autocrítica al movimiento, ya que cuando pedimos la modificación o derogación de una ley, confiamos en el criterio del Estado y dejamos todo en manos de un consejo asesor, y ahí estuvo el gran error. Deberíamos habernos manejado como bloque social, en conjunto con profesores, apoderados, estudiantes, y asesorarnos legalmente y pudiéramos construir una propuesta. Eso queda de experiencia para futuros movimientos sociales… Aunque al final del movimiento, comenzó a surgir la idea de convocar a otra instancia con otros actores, pero ya nos habíamos embarcado en el consejo y fue difícil revertirlo. Personalmente creo que fue un error…

Que aprendizagens ficam para vocês como geração o de ter participado ativamente da revolução pingüina?

Acho que evidentemente, são abertas novas portas para outros movimentos, nós aprendemos a participar nas decisões de país. Quando saímos à rua não foi só deixar as aulas, mas sim aprender a manter economicamente ao movimento, agüentar a repressão policial violenta nas ruas e nos colégios, as injustas sanções dos estabelecimentos contra os estudantes. E ainda com tudo isso manter nossas convicções e demandas, porque são justas.

¿Cómo incidió la solución que les entregó el Estado, en la fortaleza del movimiento secundario?

Luego que vimos como se daría el proceso, y en lo que terminó todo lo del consejo asesor, el movimiento se fragmentó, yo creo que muchos que querían más, igual quedaron conformes con la solución, pero la mayoría estábamos conscientes que el discursos estaba "con letra chica", y queríamos seguir con las tomas y las movilizaciones, ya que no habían condiciones claras por ejemplo de las becas, de los cambios reales con respecto al marco legal anterior. Para nosotros no fue como esperar las propuestas del Estado, y bajar la lucha, al contrario realmente queríamos algo más concreto.

Há pouca confiança no Estado? Por que você acha que havia setores que já não esperavam mais?

É que esse pessimismo fica nas pessoas de todos os movimentos colegiais, em nosso país os estudantes sempre se caracterizam por ser mais fortes, mas em geral ante as demandas de outros atores sociais, trabalhadores ou organizações, o Estado entrega soluções e respostas tão medíocres e insuficientes, que é normal que não confiemos nem esperemos muito mais. Mas igual se interpela ao Estado, já que sabemos que é a única instância onde podemos esperar modificações um pouco mais concretas, mas isso não significa que exista confiança no Estado… e isso é triste já que o Estado deve ser a representação legítima de todo um povo.

Onde esta o movimento hoje?

… Sinto que o movimento não esta dormindo, está vivo, um pouco fragmentado, mas está atento, analisando, e ante qualquer chamado, todos os coletivos e conglomerados voltam a se unir, já que há muitos temas que estão sendo articulados e se transformam em desafios para nós os jovens… sinto que a fragmentação se deve aos vícios e desgaste que sofremos como movimento, mas que se ao definir uma proposta clara e relevante para nós, sendo um movimento reciclável, poderia começar a se articular novamente. ■

"O Parlamento tem que ser o

Por Pedro Silva
Membro da LT do Comunicação do Uruguai.

ENTREVISTA

Roberto Conde,
deputado do Partido Socialista e presidente do Parlamento do Mercosul (Parlasur)

Num diálogo com Vozes do Sul, o deputado socialista Roberto Conde, presidente do Parlamento do Mercosul, fez um balanço do processo de integração, destacou os obstáculos que são precisos superar e remarcou as conquistas. Conde garantiu que "a superação da desventurada história (da região) passa pela construção de três grandes fatores históricos: a democratização de nossos países, o desenvolvimento do conhecimento – no qual ficamos excluídos – e a integração continental". Além disso, remarcou que "não existe construção de uma comunidade de nações se os cidadãos não têm uma consciência, não só racional, como também emocional, de ser parte dessa comunidade". E adiantou que todas as organizações sociais serão convocadas para armar a agenda política do Mercosul.

Vale à pena continuar trabalhando pelo Mercosul com todos os problemas de funcionamento que são constatados e ainda com alguns sectores da opinião pública que questionam a legitimidade do bloco?

Vale a pena por duas razões fundamentais; uma desde a perspectiva do Uruguai e outra desde a perspectiva da América do Sul. Primeiro, não concebo o desenvolvimento do Uruguai como viável se o país não se integra fortemente na região. Segundo, tampouco concebo nenhuma comunidade sul-americana nem nenhuma possibilidade de integração sul-americana se o Mercosul fracassa. De tal forma que, desde o ângulo particular do país e suas possibilidades de desenvolvimento e desde o ponto de vista da integração sul-americana, o Mercosul é o eixo pelo qual passam estas possibilidades de avanço histórico; e um fracasso significaria um retrocesso de décadas. É imprescindível conseguir que o Mercosul se aprofunde e que se projete como bloco para o mundo.

Na hora de um pequeno balanço desta trajetória que na história dos povos é curta, porque apenas passa de uma década e pouco, que diria dos déficits e das conquistas do Mercosul?

As conquistas são insuficientes. Isso está claro. O Mercosul não pode permanecer assim sem se aprofundar porque começaria a retroceder e terminaria se extinguindo. O grande debate no momento atual é se realmente o Mercosul está ou não se aprofundando.

Principalmente existe um estado de debate porque o diagnóstico marcou claramente os riscos de estancamento. Antes do diagnóstico, foram aparecendo anúncios muito importantes, como a coordenação macroeconômica, a procura de uma moeda comum ou pelo menos moeda de conta própria para nosso comércio regional, a constituição do Banco do Sul, reservas financeiras administradas por nós mesmos na região, grandes projetos de integração energética, de infra-estrutura e avanços institucionais como o Parlamento e o tribunal de resolução de controvérsias. Estas coisas por enquanto não são mais que grandes sinais, que marcam o caminho por onde é preciso seguir, sem que tenham suficientes avanços concretos. A grande questão é como começam a se produzir fatos concretos no caminho marcado por estes sinais.

Uma maioria de governos de signo parecido pode ajudar a dar esses passos que você reclama?

Quero dizer que houve uma mudança de época, já abandonamos definitivamente o Mercosul neoliberal, cujo único objetivo era a ampliação dos mercados para por no horizonte a construção de uma comunidade de nações. Esta é a mudança político-estratégica mais importante de América do Sul no último qüinqüênio. Quando alguém propõe esta visão histórica renovada e muito mais ambiciosa que o Mercosul original, tem naturalmente um diagnóstico crítico respeito a aquele projeto, mas tem que ser capaz de desenhar o novo projeto. Esse projeto novo já está pautado por estes grandes sinais, mas urge em termos históricos começar a concretizá-los. De maneira que o balanço é bom porque conseguimos superar as limitações do projeto original e marcamos os sinais estratégicos do caminho que temos que seguir. Entretanto, está faltando ainda claridade estratégica e força política para ter avanços mais rápidos e mais concretos neste novo enfoque.

> o Parlamento precisa desempenhar o papel fundamental de ser a ponte entre a institucionalidade do Mercosul e a cidadania, a população do Mercosul.

Contribui o Parlasur a fortalecer o Mercosul? Qual deveria ser seu papel?

Sem dúvida que contribui. Seu papel tem que ser o clássico de todos os parlamentos. Em primeiro lugar, legislar. O Parlamento do Mercosul tem que ser o grande construtor da segurança jurídica da integração, que dê à integração estabilidade, confiança. Em segundo lugar, a representação. O Parlamento tem que ser o grande gerador e promotor da cidadania do Mercosul, que os cidadãos sintam que no Parlamento estão aqueles que os representam, que a sociedade dialogue com seus representantes, proponha sua visão e suas demandas respeito à integração, e que os parlamentares possam canalizar essa visão que vem desde a sociedade em projetos de lei comunitários. Ademais destes papéis específicos de legislação e representação, o Parlamento tem que desempenhar seu outro papel - que é parlamentar por excelência –, que é o de se transformar no âmbito de debate político permanente das questões da integração. Um debate político onde não deve predominar a visão de cada Estado, aonde os parlamentares não vão para lutar pelos interesses particulares do Estado de onde provêm, mas sim sobre essa realidade inter-estatal que hoje domina no Mercosul. Os parlamentares têm que ser capazes de construir uma realidade comunitária. Isto é não se limitar a debater desde o ponto de vista de cada Estado, mas sim ser capazes de construir o caminho comum de todos os estados, para que estes possam avançar em direção a uma comunidade de nações. Este papel, extraordinariamente importante, é um papel natural, próprio de qualquer Parlamento de integração, neste caso do Parlamento do Mercosul.

De alguma maneira tem respondido às críticas que se escutam respeito a se os países perdem soberania com a integração e, no caso da estrutura do Parlamento do Mercosul, se não aumenta a burocracia e os gastos.

São dois temas distintos. O tema da soberania é um dos temas de filosofia jurídica ou política mais profundo que tenha que ser discutido no processo de integração. O que ocorre é que continuamos a ser dirigidos com uma idéia clássica e antiga de soberania que é a soberania do Estado nacional. Parece contraditório e até ridículo que, enquanto se quer dar como um fenômeno histórico irreversível a globalização que se

grande gerador e promotor da ciudadania do Mercosul"

produziu no último quarto de século, e querendo dizer que essa globalização domina tudo, os mesmos que promovem essa visão do mundo negam a rediscutir o conceito de soberania em uma realidade global e continuam se desempenhando com o conceito de soberania do Estado nacional originário de finais do século XVIII, que madurou durante o século XIX. A globalização nos exige abordar a discussão de uma nova dimensão da soberania, a soberania no mundo global. A soberania exige que os estados, principalmente os espaços continentais fragmentados em muitos estados, incorporem uma nova dimensão da soberania que se expresse a través do agir comum deles, a través de um estatuto comunitário elaborado por esses estados para atuar como uma comunidade ou como um bloco no mundo global; para que o permita exercer poder, influência, melhorar sua posição em termos reais e não simplesmente em termos jurídicos, mas totalmente reais como acontece hoje com a vida dos estados pequenos a nível mundial. A nova geopolítica dos espaços integrados, a construção comunitária de espaços integrados entre vários estados requer de uma nova definição e a compreensão de uma nova dimensão da soberania, que agrega a ela um novo nível de soberania aos estados nacionais para atuar como parte de um bloco comunitário no mundo global.

Que lugar é designado aos cidadãos, às organizações sociais, aos atores sociais neste processo de integração regional?

Um lugar preponderante. Não existe construção de uma comunidade de nações se os cidadãos não têm uma consciência, não só racional como também emocional, de seu lugar nessa comunidade. Não seria imaginável uma União Européia onde um francês ou um espanhol não se sinta também europeu. Do mesmo modo, não é imaginável uma comunidade Mercosuliana ou sul-americana, onde um argentino, um brasileiro, um uruguaio, um paraguaio, um venezuelano não se sintam também identificados com o Mercosul e com América do Sul. Isto é impossível de alcançar se não existe uma geração constante de cidadania, onde as pessoas se sintam vivendo uma nova dimensão de sua cidadania. Ocorre o mesmo com a soberania. Não se trata de deixar de ser uruguaio, trata-se de agregar uma nova dimensão: além de uruguaio sou do Mercosul, sou da América do Sul; existo no mundo não só como uruguaio, mas também como sul-americano. É uma questão clave no que se refere a nossas sociedades, ainda sobra muito trabalho a ser feito, é verdade o que alguns cronistas afirmam que o MERCOSUL é praticamente desconhecido para seus cidadãos; o Parlamento precisa desempenhar o papel fundamental de ser a ponte entre a institucionalidade do Mercosul e a cidadania, a população do Mercosul.

Agora se verifica certa distância entre o processo institucional do Mercosul e as pessoas. Como fará o Parlasur para se aproximar ao cidadão?

É preciso convocar, gerar um diálogo permanente com as organizações da sociedade e, ao mesmo tempo, legislar e tomar decisões que repercutam em todos os aspectos da vida do cidadão. Nas possibilidades de trabalho, de intercâmbio, de aprendizagem de nossos jovens de uns países no outro, comerciar, explorar um patrimônio cultural, artístico e turístico que é dos mais belos do mundo, mas que é praticamente desconhecido para os cidadãos de outros países. Temos que legislar e produzir medidas que repercutam na vida das pessoas; não se soluciona apenas com diálogos, isto tem que se reverter logo em fatos concretos que as pessoas possam incorporar a sua própria vida. Este é o papel essencial do Parlamento, que ainda é muito pequeno, que não tem quase recursos, que ainda não é eleito pelo povo – somente o será nos próximos anos –, mas que nasce com esta vocação, com esta visão estratégica; e tentaremos que ela vá ganhando força política, dos recursos para poder levar a cabo sua missão fundamental.■

"Convocaremos a todas as organizações sociais para armar a agenda política"

Pode resumir a composição do Parlamento do Mercosul, como funcionará e quem marcará sua agenda?

O Parlamento se integra hoje com 18 parlamentares de cada um dos cinco países – Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela –, quer dizer com 90 parlamentares, entre os quais ainda a delegação venezuelana participa com voz e sem voto até que finalize o processo formal de adesão; participa plenamente do debate político e do processo de discussão da toma de decisões. Está previsto que no futuro este Parlamento seja ampliado, incorporando novas bancas de alguns dos cinco países e eventualmente com o ingresso de algum outro país. Além disso, estar previsto começar um diálogo permanente com outros parlamentos da região, fundamentalmente com o Parlamento Andino e com o Parlamento chileno para ter um diálogo parlamentar sul-americano permanente. Esta é a forma em que pensamos discutir a agenda política e de seguir fixando as prioridades.
A sede permanente será a cidade de Montevidéu e pelo momento dominarão os temas internos. É preciso começar a discussão do regulamento interno, tomar algumas medidas de incorporar funcionários para o funcionamento parlamentar, constituir as comissões de trabalho que está previsto que sejam oito ou 10 para que os temas possam ser abordados de uma maneira séria e profunda, analisar o orçamento que temos que propor ao Conselho do Mercado Comum para que o ano próximo o Parlamento do Mercosul possa ter um orçamento que o permita funcionar e outra série de temáticas como o acordo sede com Uruguai. Estes são todos os temas imprescindíveis para que a casa funcione bem. O Parlamento seccionará na última semana de cada mês. Na última semana de julho, temos que abordar plenamente a agenda política.

O que você pediria aos cidadãos e a organizações deles?

Que estejam atentos ao funcionamento do Parlamento, que elaborem uma agenda e uma plataforma concreta de reivindicações e que confiem no Parlamento do Mercosul, que em breve convocará a todas as organizações sociais de toda índole econômica, social, cultural, de direitos humanos, para ir trabalhando junto com a sociedade no desenvolvimento de essa agenda política e na geração de projetos de lei comunitários que temos que enviar aos parlamentos nacionais para que, se estão de acordo, os transformem em leis.

Uma política para a igualdade de oportunidad

Por Sonia Tessa
Jornalista

Rosário começou o século com uma política ativa contra a discriminação por gênero. Desde 2001 desenvolve um Plano de Igualdade de Oportunidades entre homens e mulheres, com o apóio da fundação Friedrich Ebert. A primeira etapa, que finalizou no ano 2004, foi cumprida um 57 por cento, conforme a avaliação realizada pelo próprio município. O segundo plano, que se iniciou no ano passado, incorporou também a igualdade de trato. E põe o eixo na transversalidade da mirada de gênero nas distintas ações e programas de governo.

A diretora da Área da Mulher da Prefeitura, Mariana Alonso, destacou a importância de um plano de igualdade de oportunidades como política de governo. "É um instrumento que identifica a uma gestão como comprometida com a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Esse é o maior rasgo a ser destacado, a instalação pública desta perspectiva", indicou a funcionária. E destacou que "não é a mesma coisa" para a prefeitura contar com esta política que não contar. "Não é o mesmo para as mulheres, nem para a cidadania, nem para o diálogo político", enumerou.

Mas a experiência também serve para aperfeiçoar os instrumentos. Por isso, o segundo plano é diferente do primeiro em sua formulação e organização. "Surgiu a necessidade de propor outras questões, de dar conta de outro momento no desenvolvimento da política de gênero municipal. Achamos que a mesma diferença dá conta do avanço. E também gostaríamos que o terceiro plano fosse distinto. Se ao elaborar um novo plano, não aparece a necessidade de fazer algo novo, significa que não houve avanço", afirmou Alonso.
No primeiro plano, que cumpriu mais da metade dos objetivos, estavam propostas ações específicas nos distintos âmbitos como comunicação, emprego e violência de gênero. Isso significava que cada secretaria devia realizar ações destinadas à igualdade. Nesta segunda etapa, o município decidiu incorporar a perspectiva de gênero nas ações desenvolvidas por cada uma de suas dependências. "Isto proporciona movimento a um plano de igualdade", considerou a funcionária.

Alonso destaca dois aspectos inseparáveis de qualquer política pública que tenda a erradicar a discriminação de gênero: "Todo plano de igualdade requer permanentemente a capacitação e sensibilização dos funcionários públicos", afirma. Porque é condição, e ao mesmo tempo motor, do "interesse e compromisso político de um governo". O documento que enuncia o plano "não é o final, mas sim o começo de uma ação de política pública que ao mesmo tempo deve ser interno e externo". A diretora da Área da Mulher considera que "os dois elementos vão de mãos dadas, porque para ter uma influência ou vigência externa, a tarefa interna deve ser permanentemente abordada".

E esse trabalho constante na Prefeitura de Rosário se cristaliza em uma comissão de igualdade que inclui a todas as áreas do departamento executivo, a través de jornadas de capacitação, que são desenvolvidas por organizações não governamentais especializadas em gênero. ■